

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Informações contábeis intermediárias acompanhadas do relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2020



Índice

	Página
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3
Informações contábeis	5
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2020	12

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

**Grant Thornton Auditores
Independentes**

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
13º andar, Cj. 1308 - Vila do Golf,
Ribeirão Preto (SP) Brasil

T +55 16 3103-8940

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.
Lins – São Paulo

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão.

O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Estas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 30 de outubro de 2020



Marcelo Castro Valentini
CT CRC 1SP-239.472/O-2

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Balanços patrimoniais em 30 de setembro de 2020 e dezembro 2019

(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	753	1.407
Aplicações financeiras	4	67.601	61.864
Contas a receber	5	14.777	11.624
Despesas pagas antecipadamente	-	719	397
Adiantamento a fornecedores	-	2.797	420
Partes relacionadas	6	2.275	2.232
Outros créditos	-	2.870	2.811
Total do ativo circulante		91.792	80.755
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	-	2.189	2.140
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	25.597	37.429
Total do realizável a longo prazo		27.786	39.569
Imobilizado	7	6.130	7.030
Intangível	8	980.049	981.573
Total do ativo não circulante		1.013.965	1.028.172
Total do ativo		1.105.757	1.108.927

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2020 e dezembro 2019

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	71	72.161
Debêntures	10	37.308	32.239
Fornecedores	11	47.873	52.475
Arrendamento por direito de uso	-	692	1.081
Passivo fiscal	-	8.047	2.962
Obrigações sociais	-	3.920	3.476
Provisão para manutenção	12	2.402	22.443
Partes relacionadas	6	7.148	3.337
Outras contas a pagar		-	1.143
Total do passivo circulante		----- 107.461	----- 191.317
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	-	101.547
Debêntures	10	642.124	429.191
Arrendamento por direito de uso	-	156	673
Provisão para manutenção	12	53.733	71.317
Provisão para contingências	14	1.172	930
Total do passivo não circulante		----- 697.185	----- 603.658
Patrimônio líquido			
Capital integralizado	15	402.651	402.651
Prejuízos acumulados	15	(101.540)	(88.699)
Total do patrimônio líquido		----- 301.111	----- 313.952
Total do passivo		----- 804.646	----- 794.975
Total do passivo e patrimônio líquido		----- <u>1.105.757</u>	----- <u>1.108.927</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações de resultado dos períodos de 9 (nove) meses e trimestrais findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota	01/07/2020 a 30/09/2020 (3 meses)	01/07/2019 a 30/09/2019 (3 meses)	01/01/2020 a 30/09/2020 (9 meses)	01/01/2019 a 30/09/2019 (9 meses)
Receita operacional líquida	16	54.649	57.340	153.317	179.116
Custo dos serviços prestados	17	(24.390)	(29.921)	(76.604)	(106.796)
Custo de construção	17	(6.521)	(7.077)	(17.322)	(26.864)
Lucro bruto		23.738	20.342	59.391	45.456
Despesas gerais e administrativas	17	(2.172)	(4.056)	(6.580)	(8.153)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		21.566	16.286	52.811	37.303
Receita financeira	18	206	638	1.019	2.759
Despesa financeira	18	(20.094)	(14.082)	(54.839)	(57.040)
Despesas financeiras líquidas		(19.888)	(13.444)	(53.820)	(54.281)
Resultado antes dos impostos		1.678	2.842	(1.009)	(16.978)
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(5.138)	(36)	(11.832)	690
Lucro líquido/(prejuízo) do período		<u>(3.460)</u>	<u>2.806</u>	<u>(12.841)</u>	<u>(16.288)</u>
Lucro/(prejuízo) básico diluído por ação em reais		(0,00693)	0,00562	(0,02573)	(0,03264)
Resultado por ação					
Total Capital Social (Em reais)	19	499.000.000	499.000.000	499.000.000	499.000.000
Total resultado por ação (Em reais)	19	(0,00000693)	0,00000562	(0,00002573)	(0,00003264)
Total Capital Social (Em milhares de reais)	19	499.000	499.000	499.000	499.000
Total resultado por ação (Em milhares de reais)	19	<u>(0,00693)</u>	<u>0,00562</u>	<u>(0,02573)</u>	<u>(0,03264)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações de resultado abrangente para os 9 (nove) meses e trimestrais findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>01/07/2020 a 30/09/2020 (3 meses)</u>	<u>01/07/2019 a 30/09/2019 (3 meses)</u>	<u>01/01/2020 a 30/09/2020 (9 meses)</u>	<u>01/01/2019 a 30/09/2019 (9 meses)</u>
Lucro líquido/(prejuízo) do período	(3.460)	2.806	(12.841)	(16.288)
Total de resultado abrangente do período	<u><u>(3.460)</u></u>	<u><u>2.806</u></u>	<u><u>(12.841)</u></u>	<u><u>(16.288)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital integralizado			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
	Capital social	Capital a integralizar	Capital integralizado		
Saldos em 1º de janeiro de 2019	389.000	(20.349)	368.651	(40.434)	328.217
Aumento de capital social a integralizar conforme AGE em 08 de maio de 2019	110.000	(110.000)	-	-	-
Integralização de capital conforme AGE em 08 de maio de 2019	-	34.000	34.000	-	34.000
Prejuízo do período	-	-	-	(16.288)	(16.288)
Saldo em 30 de Setembro de 2019	499.000	(96.349)	402.651	(56.722)	345.929
Saldo em 1º de janeiro de 2020	499.000	(96.349)	402.651	(88.699)	313.952
Prejuízo do período	-	-	-	(12.841)	(12.841)
Saldo em 30 de Setembro de 2020	<u>499.000</u>	<u>(96.349)</u>	<u>402.651</u>	<u>(101.540)</u>	<u>301.111</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os períodos de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	30/09/2020	30/09/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido/(prejuízo) do período	(12.841)	(16.288)
Ajustes para:		
Depreciação	1.480	1.145
Amortização	18.846	18.732
Baixa do intangível	1.006	4.192
Baixa do ativo imobilizado líquida	50	52
Provisão para manutenção	21.784	47.619
Provisão para contingências	242	916
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	38.010	67.280
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.832	(690)
	80.409	122.958
(Aumento) redução no ativo:		
Contas a receber	(3.153)	(891)
Despesas pagas antecipadamente	(322)	(205)
Outros créditos	(2.485)	(1.189)
Aumento (redução) no passivo:		
Fornecedores	(4.602)	(6.911)
Passivo fiscal corrente	5.085	(388)
Obrigações sociais	444	128
Contas a pagar	(1.143)	(2.784)
Consumo de provisão para manutenção	(59.409)	(49.408)
Impostos pagos sobre o lucro	-	-
Juros pagos	(77.539)	(45.525)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(62.715)	15.785
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Partes relacionadas	(43)	-
Aplicações financeiras	(274.516)	(92.929)
Resgate das aplicações	268.780	106.160
Aquisição de imobilizado	(630)	(2.857)
Adição ao intangível	(18.846)	(32.590)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	(25.255)	(22.216)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos		
Aumento de capital em dinheiro	-	34.000
Captação de empréstimos e financiamentos	700.007	1.931
Partes relacionadas	3.811	13
Amortização de empréstimos e financiamentos e debêntures	(616.502)	(32.697)
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamentos	87.316	3.247
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(654)	(3.184)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	1.407	4.897
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de Setembro	753	1.713

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstrações do valor adicionado para os períodos de 9 (nove) meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>30/09/2020</u>	<u>30/09/2019</u>
Receitas operacionais	165.684	193.074
Serviços prestados	143.587	151.676
Receita de construção	17.322	26.864
Outras receitas	4.775	14.534
Insumos adquiridos de terceiros	(67.079)	(106.501)
Custos serviços prestados	(19.505)	(21.128)
Custo de construção	(17.322)	(26.864)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(30.252)	(58.509)
Valor adicionado bruto	98.605	86.573
Depreciação de imobilizado	(1.480)	(1.145)
Amortização de intangível	(18.846)	(18.732)
Valor adicionado líquido produzido	78.279	66.696
Receitas financeiras	1.019	2.759
Valor adicionado total a distribuir	79.298	69.455
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	11.326	13.407
Remuneração direta	8.031	9.487
Benefícios	2.413	3.141
F.G.T.S.	804	744
Outros	78	35
Impostos, taxas e contribuições	25.932	15.293
Federais	18.762	7.197
Estaduais	155	194
Municipais	7.015	7.902
Remuneração de capitais de terceiros	54.881	57.043
Juros	54.839	57.040
Aluguéis	42	3
Remunerações de capitais próprios	(12.841)	(16.288)
Lucro líquido/(prejuízo) do período	(12.841)	(16.288)
Total distribuição valor adicionado	<u>79.298</u>	<u>69.455</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2020

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A. (“Companhia”) é uma Companhia por ações de capital aberto, com sede na Rua João Moreira da Silva, 509 Jardim Americano, Lins – São Paulo, que iniciou suas atividades em 06 de maio de 2009.

O objeto social da Companhia é a exploração do sistema rodoviário do Corredor Marechal Rondon Oeste (SP-300), de acordo com os termos de concessão outorgados pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“Artesp”), trecho este concedido por meio da concorrência pública internacional (Edital nº 006/08), que se inicia entre o km 336 e o km 500, entroncamento com a SP-225, na Cidade de Bauru e finaliza-se no km 667 e 630, na Cidade de Castilho, Estado de São Paulo.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A prorrogação do prazo da concessão somente será admitida para recompor o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

- Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 411.600, dos quais R\$ 82.200 foram pagos à vista e o saldo devedor em 18 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 18.300, reajustados de acordo com o reajuste nas cobranças da tarifa do pedágio, já tendo sido integralmente liquidado;
- Pagamento de valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013;
- Realização de investimentos na rodovia.

1.1. Efeitos da COVID-19

Conforme divulgado pela Companhia em Comunicado ao Mercado no dia 19 de Março de 2020, em linha com os direcionadores estabelecidos pelas autoridades diante do atual cenário e dos desdobramentos da pandemia, a ViaRondon destaca as seguintes principais medidas adotadas para apoiar na prevenção do COVID-19: criação de um comitê de crise; afastamento domiciliar para colaboradores que vierem a apresentar os sintomas da COVID-19, com monitoramento pelo departamento de recursos humanos; adoção de home office para todos os colaboradores que possam desenvolver suas atividades fora do espaço físico da empresa; divulgação expressiva das formas de prevenção, através de diversos canais, aos colaboradores e seus parceiros; e acompanhamento constante de potenciais impactos decorrentes da pandemia em seus negócios; negociação com fornecedores para redução de valores e/ou carência para os próximos pagamentos; adesão ao programa federal de postergações de pagamento de impostos; readequação do quadro de pessoal; adoção da MP 936 para flexibilização de jornada e discussões com ARTESP sobre flexibilizações. Ações essas que resultaram uma redução de custo, na casa de R\$6.379, conforme demonstrado na nota explicativa 17:

	01/01/2020 a 30/09/2020 (9 meses)	01/01/2019 a 30/09/2019 (9 meses)
Serviços de terceiros	(19.505)	(21.128)
Com pessoal	(12.904)	(15.240)
Custo de contrato concessão	(5.877)	(6.600)
Outros	(2.788)	(4.485)
Total	(41.074)	(47.453)

Nos 9 (nove) meses encerrados no período findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia, apesar de ter identificado impactos em suas operações, identificou impactos financeiros, em comparação ao mesmo período do ano anterior, mitigados devido às medidas supracitadas.

Praça de Pedágio	Eixos e equivalentes		Variação	
	Real 19	Real 20	Eixos	%
P1-Avaí	3.817	3.514	(303)	-7,94%
P2-Pirajuí	3.516	3.277	(239)	-6,80%
P3-Promissão	3.791	3.534	(257)	-6,78%
P4-Glicério	4.763	4.369	(394)	-8,27%
P5-Rubiácea	3.441	3.113	(328)	-9,53%
P6-Lavínia	2.699	2.419	(280)	-10,37%
P7-Guaraçaí	2.532	2.303	(229)	-9,04%
P8-Castilho	3.471	3.272	(199)	-5,3%
	28.030	25.801	(2.229)	-7,95%

Praça de Pedágio	Em R\$ mil		Variação	
	Real 19	Real 20	Eixos	%
P1-Avaí	21.017	20.027	(990)	-4,71%
P2-Pirajuí	18.176	17.367	(810)	-4,45%
P3-Promissão	23.528	22.620	(907)	-3,86%
P4-Glicério	32.896	31.022	(1.874)	-5,70%
P5-Rubiácea	20.317	18.991	(1.326)	-6,53%
P6-Lavínia	12.602	11.610	(991)	-7,87%
P7-Guaraçaí	11.569	10.824	(745)	-6,44%
P8-Castilho	11.571	11.126	(446)	-3,85%
	151.676	143.587	(8.089)	-5,33%

Apesar dos indicadores econômicos apontarem para um arrefecimento da crise, para um cenário de queda no tráfego para os próximos meses, a Companhia possui uma forte posição de caixa e segue adotando medidas de austeridade em sua gestão de caixa, considerando a seu favor o perfil de dívida alongado e estritamente controlado.

A Companhia cumpre rigorosamente o seu papel social de atender a população usuária da rodovia, sempre mantendo os padrões mais rígidos de segurança viária e sanitária, e está consciente de que esse é um evento de força maior, e portanto demandará um aditamento de reequilíbrio contratual assim que a extensão dos efeitos dessa pandemia puderem ser mensurados.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram preparadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2. Base de elaboração e preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis anuais referentes ao exercício findo de 31 de dezembro de 2019 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações. Portanto, as informações de notas explicativas, que não tiveram alterações significativas ou aquelas que apresentavam divulgações irrelevantes em comparação àqueles referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram repetidas integralmente nestas informações contábeis intermediárias. Entretanto, informações foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridos, possibilitando o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Companhia desde a publicação das demonstrações contábeis anuais até 30 de setembro 2020.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, alguns passivos e ativos ao valor justo por meio do resultado e alguns instrumentos financeiros a valor realizável.

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis intermediárias apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e não tiveram alterações relevantes na preparação destas informações contábeis intermediárias em relação as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

As informações contábeis intermediárias foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 30 de outubro de 2020.

2.3. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente

2.3.1. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia

NBC TG 06 (R-2) – Arrendamentos

Com essa nova norma, os arrendatários passaram a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Podem ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores não sofreram alterações relevantes. Em 21 de dezembro de 2017, a CVM, através da deliberação nº 787/17, aprovou o CPC 06 (R2) que equivale a IFRS em questão. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2019, data efetiva da adoção inicial.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para os contratos de arrendamento de curto prazo e cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixo valor, esses contratos são de determinados equipamentos de escritório (como notebooks, impressoras e copiadoras) que são considerados de baixo valor.

A Companhia aplicou a IFRS 16 utilizando abordagem retrospectiva e o expediente prático com relação à definição de contratos de arrendamento na data de transição. Portanto, o passivo de arrendamento foi mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, na data de aplicação inicial. O ativo de direito de uso na data da adoção inicial, para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional foi, por sua vez, reconhecido com valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial.

A Companhia realizou uma análise e adotou o IFRS 16, entretanto os impactos não foram materiais.

Interpretação ICPC 22 – “Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda”

Em dezembro de 2018, a CVM, através da deliberação nº 804/18, aprovou a ICPC 22 – “Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro”, que equivale à IFRIC em questão. A interpretação entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 – “Tributos sobre o lucro” quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A ICPC 22 não se aplica a tributos fora do âmbito da NBC TG 32, nem inclui especificamente os requisitos referentes aos juros e multas associados aos tratamentos tributários incertos. São abordados especificamente:

- Se a Companhia considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a Companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a Companhia determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a Companhia considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia realizou uma análise do ICPC 22 e não identificou impactos materiais com relação às práticas contábeis adotadas atualmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2020	31/12/2019
Bancos	649	1.323
Fundo de troco/numerários trânsito	104	84
Total	753	1.407

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 20.

4. Aplicações financeiras

	30/09/2020	31/12/2019
Aplicação financeira	33.242	-
Aplicação financeira – garantia	34.359	61.864
Total	67.601	61.864

Aplicação financeira mantida junto ao Banco Santander, com liquidez diária, sendo remunerada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), mantida a título de garantia da operação junto a Debêntures (Nota Explicativa nº 10).

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 20.

5. Contas a receber

	30/09/2020	31/12/2019
Pedágio eletrônico	11.795	9.547
Visa – vale-pedágio	254	162
Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.	1.362	1.565
DBTrans S.A.	234	215
Contas a receber – receitas acessórias	1.132	135
Total	14.777	11.624

Idade de vencimento dos títulos	30/09/2020	31/12/2019
Créditos a vencer até 30 dias	13.437	11.366
Créditos a vencer até 60 dias	162	123
Créditos vencidos até 180 dias	46	-
Total	13.645	11.489

O contas a receber da Companhia não apresenta montantes significativos vencidos e a Companhia também não possui histórico de inadimplência. Dessa forma, não foi apurada perda de créditos esperada para redução do valor recuperável sobre o contas a receber.

6. Transações com partes relacionadas

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores nos trimestres e períodos de nove meses findos em de 30 de setembro de 2020 e 2019:

Descrição	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
	(3 meses)	(3 meses)	(9 meses)	(9 meses)
Diretores estatutários	10	11	31	32

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia. A Companhia submete todas as aquisições de materiais e serviços a processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas.

Os saldos de ativos e passivos assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

a) Saldos patrimoniais

	Notas	Saldo em aberto em	
		30/09/2020	31/12/2019
Ativo			
Adiantamentos aos fornecedores			
BRVias Holding VRD S.A.	(i)	1.456	1.213
BRVias S.A.	(v)	819	1.019
Total		2.275	2.232
Passivo			
Serviços prestados			
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	(394)	(377)
Splice Ind. e Com de Serviços	(iii)	(6.751)	(2.951)
Outros	(iv)	(2)	(9)
Total		(7.148)	(3.337)
Total líquido		(4.873)	(1.105)

b) Transações que afetaram o resultado

	Notas	Valor da transação no resultado			
		30/09/2020 (3 meses)	30/09/2019 (3 meses)	30/09/2020 (9 meses)	30/09/2019 (9 meses)
Serviços prestados					
Empresa Princesa do Norte S.A.	(ii)	(414)	-	(1.242)	(791)
Splice Ind. e Com. de serviços	(iii)	(2.574)	(2.875)	(8.430)	(5.228)
BRVias S.A.	(v)	(248)	(878)	(1.014)	(2.515)
Noroestecom Telecomunicações S.A.	(vi)	(14)	(14)	(80)	(77)
Efradeb Consultoria e Assessoria Empresarial	(iv)	(36)	(26)	(86)	(90)
Total fornecedores		(3.286)	(3.793)	(10.852)	(8.701)

- (i) Serviços administrativos de publicações de balanço, atas e outros;
- (ii) Serviços de transportes de pessoal;
- (iii) Execução de conserva verde e serviços de operação de equipamentos eletrônicos de fiscalização e registro das infrações de excesso de velocidade na Rodovia;
- (iv) Serviços de consultoria administrativa;
- (v) Serviços administrativos realizados pelo Centro de Serviços Compartilhados.

7. Imobilizado

Em milhares de reais	Computadores e periféricos	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	4.543	5.958	2.007	2.020	14.528
Adições	349	809	386	2.329	3.873
Baixas	(49)	-	(11)	(18)	(78)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.843	6.767	2.382	4.331	18.323
Adições	169	216	245	-	630
Baixas	(5)	(45)	-	-	(50)
Saldo em 30 de setembro de 2020	5.007	6.938	2.627	4.331	18.903
Depreciação acumulada					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(3.463)	(3.342)	(1.227)	(1.594)	(9.626)
Depreciação no exercício	(493)	(540)	(199)	(435)	(1.667)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(3.956)	(3.882)	(1.426)	(2.029)	(11.293)
Depreciação no período	(278)	(477)	(142)	(583)	(1.480)
Saldo em 30 de setembro de 2020	(4.234)	(4.359)	(1.568)	(2.612)	(12.773)
Valor líquido contábil					
Em 31 de dezembro de 2019	887	2.885	956	2.302	7.030
Saldo em 30 de setembro de 2020	773	2.579	1.059	1.719	6.130

8. Intangível

	Praças de pedágio	Recuperação da rodovia	Sistema de arrecadação	Direito de outorga (i)	Outros-concessão (ii)	Software	Direito de uso	Total
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2019	35.120	469.757	8.106	413.597	176.704	3.301	-	1.106.585
Aquisições e construções	51	20.667	49	-	42.952	186	2.902	66.807
Saldo em 31 de dezembro de 2019	35.171	490.424	8.155	413.597	219.656	3.487	2.902	1.173.392
Aquisições e construções	-	4.157	12	-	14.159	-	-	18.328
Baixas	-	(190)	-	-	(816)	-	-	(1.006)
Saldo em 30 de setembro de 2020	35.171	494.391	8.167	413.597	232.999	3.487	2.902	1.190.714
Amortização acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(10.768)	(56.202)	(2.201)	(77.063)	(18.999)	(1.189)	-	(166.422)
Amortização do exercício	(768)	(10.274)	(177)	(9.045)	(3.865)	(72)	(1.196)	(25.397)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(11.536)	(66.476)	(2.378)	(86.108)	(22.864)	(1.261)	(1.196)	(191.819)
Amortização do período	(533)	(7.606)	(124)	(6.274)	(3.332)	(53)	(924)	(18.846)
Saldo em 30 de setembro de 2020	(12.069)	(74.082)	(2.502)	(92.382)	(26.196)	(1.314)	(2.120)	(210.665)
Valor líquido contábil								
Em 31 de dezembro de 2019	23.635	423.948	5.777	327.489	196.792	2.226	1.706	981.573
Em 30 de setembro de 2020	23.102	420.309	5.665	321.215	206.803	2.173	782	980.049

- (i) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia registrou o direito de outorga decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstrado a seguir:

2009

Valor da outorga	411.000
Ajuste ao valor presente	(11.202)
Atualização monetária anterior ao início das atividades	13.799
Total	413.597

- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Investimentos.

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão.

As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados, exceto o direito de outorga que é composto por um único item devidamente detalhado no quadro acima.

9. Empréstimos e financiamentos

Esta Nota Explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, mensurado pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e liquidez, veja Nota Explicativa nº 20.

	Taxa de juros a.a.	Indexador	Vencimento	30/09/2020	31/12/2019
Finame-BNDES (i)	5,50%	-	2021	71	200
Finem-BNDES (i)	5,95%	TJLP	2025	-	80.399
Finem-BNDES (i)	2,0518%	UMIPCA-M.	2025	-	40.268
CCB	5,40%	CDI	2020	-	27.376
CCB	1,35%	CDI	2020	-	22.507
Leasing	11,62% a 15,50%	-	2017 – 2022	-	2.958
Total				71	173.708
Passivo circulante				71	72.161
Passivo não circulante				-	101.547

- (i) Empréstimo obtido junto ao BNDES, por intermédio de instituição financeira, na modalidade Finame para aquisição de equipamentos e veículos para operação da Rodovia, tendo como garantia os próprios bens.

Composição por vencimento:

	30/09/2020	31/12/2019
Vencimento em		
2021	-	36.395
2022	-	26.801
Acima 2023	-	38.351
Total	-	101.547

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	30/09/2020	31/12/2019
Saldos iniciais	173.708	167.799
Varição do fluxo de caixa de financiamento		
Pagamentos de financiamentos (principal e juros capitalizados)	(170.931)	(36.610)
Pagamentos de juros	(5.484)	(13.708)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(176.415)	(50.318)
Outras variações		
Novas captações	-	24.438
Despesas de juros	2.778	31.789
Total de outras variações	2.778	56.227
Saldos finais	71	173.708

10. Debêntures

Tipo de operação	Valor da emissão	Data liberação	Vencimento	Taxa de juros a.a.	30/09/2020	31/12/2019
Debêntures	700.000	28/02/2020	15/12/2034	5,55% a.a. + IPCA	714.388	-
(-) Comissão	700.000	28/02/2020	15/12/2034		(34.956)	
Debêntures	300.000	04/06/2012	04/06/2027	8,15% a.a.+ IPCA	-	462.539
(-) Comissão	300.000	04/06/2012	04/06/2027			(1.109)
					679.432	461.430
Circulante					37.308	32.239
Debêntures					39.792	32.239
(-) Comissão					(2.484)	
Não Circulante					642.124	429.191
Debêntures					674.596	430.300
(-) Comissão					(32.472)	(1.109)

Composição por vencimento:

	30/09/2020	31/12/2019
Vencimento em		
2021	919	48.144
2022	1.879	51.408
2023 a 2024	639.326	329.639
Total	642.124	429.191

Movimentação das debêntures:

	30/09/2020	31/12/2019
Saldos iniciais	461.430	442.516
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamento do principal	(445.182)	(2.257)
Pagamentos de juros	(72.055)	(34.033)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(517.237)	(36.290)
Outras variações		
Novas Captações	700.007	-
Despesas de juros	35.232	55.204
Total de outras variações	735.239	55.204
Saldos finais	679.432	461.430

Em 28 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou a segunda emissão pública de debêntures simples (em decorrência da possibilidade da diminuição das taxas do antigo endividamento), não conversíveis em ações, com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 700.000. Foram emitidas 700.000 (setecentas mil) debêntures com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (hum mil reais), com vencimentos semestrais, primeiro vencimento em 15 de junho de 2020 e último vencimento em 15 de dezembro de 2034.

As debêntures serão atualizadas com base na variação do IPCA acrescido da taxa percentual equivalente a 5,55% a.a.

Cada uma das debêntures fará jus ao pagamento de seu valor nominal unitário atualizado e juros semestralmente, iniciando em 15 de junho de 2020 até 15 de dezembro de 2034.

As principais cláusulas restritivas dos contratos descritos acima são as seguintes:

- Manter os seguintes índices de cobertura da dívida ICSD Histórico, relativo aos últimos 12 (doze) meses antecedentes à data do cálculo, superior ou igual a 1,3x.

Esses *covenants* financeiros são medidos junto aos credores de acordo com as demonstrações contábeis para o período e exercício findo dezembro de cada ano.

Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera o valor total da comissão de R\$ 37.255 para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. O montante reconhecido no resultado do período findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$ 2.443. O montante a apropriar no resultado futuro em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 34.956.

11. Fornecedores

	30/09/2020	31/12/2019
Fornecedores diversos	35.655	31.582
Medições a pagar	2.071	9.310
Retenções (i)	10.147	11.583
Total	47.873	52.475

- (i) A Companhia adota como procedimento, realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Estes percentuais de retenção estão determinados por meio de contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

	30/09/2020	31/12/2019
A vencer		
De 1 a 30 dias	13.376	15.345
De 31 a 60 dias	3.684	5.109
De 61 a 90 dias	118	3.463
De 91 a 180 dias	12.395	2.769
De 181 a 360 dias	230	293
	29.803	26.979
Vencidas		
Até 30 dias	3.419	2.313
De 31 a 60 dias	79	568
De 61 a 90 dias	59	2
De 91 a 180 dias	251	18
De 181 a 360 dias	574	483
A mais de 360 dias	1.470	1.219
	5.852	4.603
Total	35.655	31.582

12. Provisão para manutenção – contrato de concessão

A Companhia constitui provisão para manutenção tendo como objetivo mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos ao valor presente, levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificadas e destinadas a recompor a infraestrutura concedida as condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários.

O saldo da provisão está demonstrado a seguir:

	30/09/2020	31/12/2019
Passivo circulante	2.402	22.443
Passivo não circulante	53.733	71.317
Total	56.135	93.760

Movimentação da provisão para manutenção

Em 1º de janeiro de 2019	41.317
Realização por consumo	(55.795)
Adições	108.238
Em 31 de dezembro de 2019	93.760
Realização por consumo	(59.409)
Adições	21.784
Em 30 de setembro de 2020	56.135

13. Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, referentes à diferença temporária da amortização do intangível e despesas com encargos financeiros, que para fins fiscais são amortizadas linearmente e para fins contábeis de acordo com a curva do tráfego, conforme demonstrado:

	30/09/2020	31/12/2019
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa	38.138	38.138
Provisão para manutenção	19.086	31.878
Outras provisões temporárias	444	473
	57.668	70.489
Passivo		
Custos dos empréstimos	(2.054)	(1.939)
Intangíveis - Efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(30.017)	(31.121)
	(32.071)	(33.060)
(=) Saldo Tributos Fiscais Diferidos	25.597	37.429

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 30 de setembro de 2020	Saldo em 31 de dezembro de 2019	30/09/2020 (3 meses)	30/09/2019 (3 meses)	30/09/2020 (9 meses)	30/09/2019 (9 meses)
Ativo						
Prejuízo fiscal e base negativa	38.138	38.138	-	-	-	-
Provisão para manutenção	19.086	31.878	(5.419)	(606)	(12.792)	(609)
Outras provisões temporárias	444	473	(49)	240	(29)	309
(-) Ativo fiscal não reconhecido (*)	-	-	-	-	-	-
	57.668	70.489	(5.468)	(366)	(12.821)	(300)
Passivo						
Custos dos empréstimos	(2.054)	(1.979)	(40)	(43)	(115)	(123)
Intangíveis – efeito temporário	(30.017)	(31.121)	370	373	1.104	1.113
	(32.071)	(33.060)	(330)	330	989	990
Total	25.597	37.429	(5.138)	(36)	(11.832)	690

a) Créditos tributários

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía créditos tributários a compensar sobre os seguintes valores base:

Descrição	30/09/2020	31/12/2019
Prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social	124.791	112.231

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

Os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

A Companhia, baseada em projeções de lucros tributários futuros, prevê que a utilização desses se dará até o exercício de 2025, como demonstrado abaixo:

	Saldo em 30/09/2020	Saldo em 31/12/2019
2021	682	7.376
2022	26.118	26.118
2023	31.371	31.371
2024	37.371	37.371
2025	29.249	9.995
Total	124.791	112.231

b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente do Brasil para o lucro real. A alíquota efetiva demonstrada acima apresenta a melhor estimativa da administração da alíquota anual esperada.

Descrição	30/09/2020 (3 meses)	30/09/2019 (3 meses)	30/09/2020 (9 meses)	30/09/2019 (9 meses)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	1.678	2.482	(1.009)	(16.978)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
(=) Despesas com imposto a alíquota nominal	(577)	(966)	337	5.773
(-) Adições permanentes	(425)	329	(1.274)	(989)
(+) Exclusão permanente	-	213	325	173
(-) Créditos de prejuízos fiscais não reconhecidos	-	-	-	-
(+/-) Outros créditos não reconhecidos	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.138)	(36)	(11.832)	690
	-303%	-1%	8%	-4%

14. Provisão para contingências

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 30 de setembro de 2020, está provisionado o montante de R\$ 1.172 (R\$ 930 em 31 de dezembro de 2019), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Resumo da movimentação

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo inicial 31 de dezembro de 2019	681	249	930
Provisão	868	302	1.170
Reversão de Provisão	(777)	(151)	(928)
Saldo final 30 de setembro de 2020	772	400	1.172

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras ações cujo risco de perda foi classificado como possível, de acordo com os advogados externos responsáveis e a Administração da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, no montante de R\$ 11.227 em 30 de setembro de 2020 (R\$ 12.115 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia também possui seguro contratado de responsabilidade cível no valor de R\$ 37.200 (Nota Explicativa nº 21) e retenções contratuais de fornecedores para possíveis contingências trabalhistas, na qual a Companhia é responsável solidária.

Descrição	30/09/2020		31/12/2019	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	73	9.776	54	9.312
Trabalhistas	40	1.451	79	2.803
Total	113	11.227	133	12.115

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$ 499.000, sendo já integralizados R\$ 402.651 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2019) e a integralizar R\$ 96.349 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2019), e está representado por 249.500.000 de ações ordinárias e 249.500.000 de ações preferenciais (mesmas quantidades em 31 de dezembro de 2019).

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia era de R\$ 389.000.000, havendo um aumento de R\$ 110.000 passando para R\$ 499.000.000, já quanto integralização, passando de R\$ 368.651 para R\$ 402.651, havendo um aumento de R\$ 34.000 e a integralizar R\$ 96.349, sendo representado por 249.500.000 de ações ordinárias e 249.500.000 de ações preferenciais.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar, quando aplicável, serão destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

16. Receita operacional líquida

A seguir, a composição da receita operacional líquida:

	<u>01/07/2020 a</u> <u>30/09/2020</u> <u>(3 meses)</u>	<u>01/07/2019 a</u> <u>30/09/2019</u> <u>(3 meses)</u>	<u>01/01/2020 a</u> <u>30/09/2020</u> <u>(9 meses)</u>	<u>01/01/2019 a</u> <u>30/09/2019</u> <u>(9 meses)</u>
Receita de pedágios	51.200	54.737	143.587	151.676
Receitas acessórias	1.326	117	4.580	14.426
Receita de construção	6.521	7.077	17.322	26.864
Outras receitas	2	44	195	108
Tributos incidentes	(4.400)	(4.635)	(12.367)	(13.958)
Total	54.649	57.340	153.317	179.116

17. Gastos por natureza

Abaixo a composição do custo dos serviços prestados e despesas administrativas e gerais:

	<u>01/07/2020 a</u> <u>30/09/2020</u> <u>(3 meses)</u>	<u>01/07/2019 a</u> <u>30/09/2019</u> <u>(3 meses)</u>	<u>01/01/2020 a</u> <u>30/09/2020</u> <u>(9 meses)</u>	<u>01/01/2019 a</u> <u>30/09/2019</u> <u>(9 meses)</u>
Serviços de terceiros	(6.534)	(8.162)	(19.505)	(21.128)
Com pessoal	(4.588)	(5.475)	(12.904)	(15.240)
Amortização e depreciação	(7.298)	(7.003)	(20.326)	(19.877)
Constituição de provisão para manutenção	(5.485)	(8.722)	(21.784)	(47.619)
Custo de contrato concessão	(1.884)	(2.415)	(5.877)	(6.600)
Outros	(773)	(2.200)	(2.788)	(4.485)
Total	(26.562)	(33.977)	(83.184)	(114.949)
Custo dos serviços prestados	(24.390)	(29.921)	(76.604)	(106.796)
Despesas administrativas e gerais (i)	(2.172)	(4.056)	(6.580)	(8.153)
Custo de construção	(6.521)	(7.077)	(17.322)	(26.864)

(i) As despesas administrativas são compostas basicamente por despesas com pessoal.

18. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos trimestres findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 foram:

	01/07/2020 a 30/09/2020 (3 meses)	01/07/2019 a 30/09/2019 (3 meses)	01/01/2020 a 30/09/2020 (9 meses)	01/01/2019 a 30/09/2019 (9 meses)
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	206	638	1.019	2.019
Outras receitas financeiras	-	-	-	740
Total das receitas financeiras	206	638	1.019	2.759
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(18.832)	(12.959)	(38.997)	(49.358)
Outras despesas financeiras	(1.262)	(1.123)	(15.842)	(7.682)
Total das despesas financeiras	(20.094)	(14.082)	(54.839)	(57.040)
Resultado financeiro líquido	(19.888)	(13.444)	(53.820)	(54.281)

- (i) Aumento devido a “juros prêmio” pelo pagamento antes do vencimento das debêntures e empréstimos BNDES, e apropriação dos custos da 1ª emissão das debêntures quitadas em 2020.

19. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 30 de setembro de 2020 e 2019.

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico e diluído por ação:

Memória de cálculo do resultado por ação

	Resultado do período	Quantidade ponderada de ações	Resultado por ação Básico e diluído – R\$ - expresso em reais
3º trimestre 2020	(3.460)	499.000.000	(0,00693)
3º trimestre 2019	2.806	499.000.000	0,00562
9 meses 2020	(12.841)	499.000.000	(0,02573)
9 meses 2019	(16.288)	499.000.000	(0,03264)

20. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

	Notas	30/09/2020		
		Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	3	753	-	-
Aplicações financeiras	4	-	67.601	-
Contas a receber de clientes	5	-	14.777	-
Outros créditos		-	2.870	-
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	(71)
Debêntures	10	-	-	(679.432)
Fornecedores e partes relacionadas	11 e 6	-	-	(55.021)
Total		753	85.248	(734.524)

	Notas	31/12/2019		
		Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.407	-	-
Aplicações financeiras	4	-	61.864	-
Contas a receber de clientes	5	-	11.624	-
Outros créditos		-	2.811	-
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	9	-	-	(173.708)
Debêntures	10	-	-	(461.430)
Fornecedores e partes relacionadas	11 e 6	-	-	(55.812)
Total		1.407	76.299	(690.950)

b) Mensuração do valor justo

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

c) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de liquidez

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros, redução do tráfego e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento das necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

Cronograma de amortização da dívida

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados:

Em 30/09/2020	Contábil	Fluxo contratual	2020	2021	Acima de 2022
Empréstimos e financiamentos	71	71	43	28	-
Debêntures	679.432	1.312.153	20.402	20.012	1.271.739
Fornecedores e partes relacionadas passivas	55.021	55.021	55.021	-	-
Total	734.524	1.367.245	75.466	20.040	1.271.739

Em 31/12/2019	Contábil	Fluxo contratual	2020	2021	Acima de 2022
Empréstimos e financiamentos	173.708	178.550	77.305	36.395	64.850
Debêntures	461.430	689.283	48.144	51.408	589.731
Fornecedores e partes relacionadas passivas	55.812	55.812	55.812	-	-
Total	690.950	923.645	181.261	87.803	654.581

(iii) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas entre outros. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 30 de setembro de 2020 ativos ou passivos em moeda estrangeira, consequentemente, não apresenta exposição aos riscos cambiais. A Companhia não tem ações negociadas em mercado.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados às crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, às mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

Perfil

Na data das informações do período, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa do IPCA, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a estas variáveis são apresentadas abaixo:

	Valor contábil	
	30/09/2020	31/12/2019
Instrumentos de taxa prefixada		
Empréstimos e financiamentos	71	3.158

	Risco	Valor contábil	
		30/09/2020	31/12/2019
Instrumentos de taxa variável			
Empréstimos e financiamentos	CDI	-	49.883
Empréstimos e financiamentos	TJLP	-	80.399
Empréstimos e financiamentos	UM-IPCA	-	40.268
Debêntures	IPCA	679.432	461.430

(iv) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa do IPCA.

(v) Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) adotamos a taxa do IPCA de acordo com as projeções obtidas pelo Bacen – Relatório FOCUS, ambas em 30 de setembro de 2020.

Para os dois cenários adversos na taxa do IPCA foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

(vi) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do IPCA é apresentada na tabela na próxima página.

(vii) Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros – depreciação das taxas

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, o risco atrelado a estas aplicações não são materiais das informações financeiras em 30 de setembro de 2020.

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente da Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(viii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Instrumentos	Exposição 30/09/2020	Risco	Cenários					
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Debêntures	679.432	Aumento IPCA	2,44%	(16.578)	3,05%	(20.723)	3,66%	(24.867)
Total dos passivos financeiros	679.432			(16.578)		(20.723)		(24.867)
Impacto no resultado do período apresentado						(4.145)		(8.289)

Instrumentos	Exposição 30/09/2019	Risco	Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Debêntures	679.432	Aumento IPCA	2,44%	16.578	1,83%	12.434	1,22%	8.289
Total dos passivos financeiros	679.432			16.578		12.434		8.289
Impacto no resultado do período apresentado						4.145		8.289

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente da Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Determinadas situações permitem a Companhia requerer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Garantia operação	Maio/2020 a maio/2021	55.820
Garantia ampliação	Maio/2020 a maio/2021	110.070
Operacionais	Maio/2020 a maio/2021	37.100
Responsabilidade civil	Maio/2020 a maio/2021	37.200
Engenharia	Maio/2020 a maio/2021	37.100

Em virtude da aquisição dos veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores da Empresa.

22. Benefícios aos empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: auxílio-creche, assistência médica, seguro de vida, vale-refeição, transporte e vale-alimentação.

Não é política da empresa conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

23. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quanto aos eventos provocados pela natureza, entende-se que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distantes de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia se encontra coberta com a apólice de seguros das operações, riscos de engenharia, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 21.

A Companhia, durante o curso normal das suas atividades está sujeita a fiscalizações do órgão regulador, estando suscetível aos questionamentos e às penalidades cabíveis, caso não estejam atendendo às obrigações licitatórias.

Para os questionamentos realizados pelo órgão regulador a Companhia realizou os devidos esclarecimentos e com base neste fato, e na avaliação dos seus assessores jurídicos, não constatou qualquer evento relevante que possa afetar as suas informações financeiras.

24. Compromissos

Decorrente da verba de fiscalização

A Companhia assumiu o compromisso ao longo de todo o prazo de concessão de efetuar um pagamento no valor correspondente a 3% da receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela concessionária. Entretanto, em 27 de junho de 2013, foi publicada no Diário Oficial a redução do percentual para 1,5%, passando a vigorar a partir de julho de 2013, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

Investimentos

De acordo com o programa estadual de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão.

A Companhia tem previsão orçamentária para realizar investimentos e conseqüentemente cumprir as metas contratuais.

25. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas de acordo com o CPC 03 R2/IAS 7.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu ativo intangível no montante de R\$ 18.328, dos quais R\$ 1.428 são itens não caixa referente às retenções parciais do valor de serviço contratado (fornecedores) para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros.

* * *

Diretoria

Marcos Máximo de Novaes Mendonça
Diretor Financeiro

José Efraim Neves da Silva
Diretor Administrativo

Ricardo de Souza Adenes
Diretor de Relações com Investidores

Fábio Abritta Filho
Diretor Presidente

Guilherme Bastos Martins
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Antônio Roberto Beldi

Paulo Sergio Coelho

Ricardo Constantino

Ricardo de Souza Adenes

Contador

Durval Maia
CT – CRC/SP nº 1SP-292.261/O-8